

Pena maior para crime organizado

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que impõe penas mais severas para o crime organizado. A proposta de Serys Slhessarenko prevê cinco a dez anos de reclusão e multa, sem prejuízo das punições correspondentes aos demais crimes praticados. A pena poderá ser aumentada de um terço até a metade caso a organização criminosa seja constituída por mais de 20 pessoas ou se houver o emprego de arma de fogo ou a participação de funcionário público ou de menor. **Página 3**



Na solenidade, Tuma (E), Verônica Calheiros, Isabella e o marido Romário, Eduardo Azeredo (ao fundo), Renan, Paim, Joana (Clarinha) e Marcos Caruso e Melina Pedrosa

Romário: diferente não é quem provoca guerra e violência?

Com a presença de Romário e de artistas, o Senado lançou a campanha Aprendendo com as Diferenças, que marca o Dia Mundial da Síndrome de Down. “Será que os portadores de Down são diferentes, ou diferentes somos nós que provocamos tanta guerra e violência?”, questionou Romário. **Página 4**

Líderes chegam a acordo e Congresso examina vetos

O Congresso realiza hoje, a partir das 11h, sessão para apreciar 28 dos 601 vetos do presidente da República a projetos ou trechos de propostas aprovados pelo Parlamento. Os principais vetos dizem respeito à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita e à recriação da Sudene e da Sudam. A análise dos vetos foi decidida em reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os líderes partidários. **Página 5**

Especialistas defendem venda de pão por peso

Participantes de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor disseram considerar mais justa a venda de pão francês por peso. A reunião discutiu a possibilidade de se comercializar o pão também por unidade de 50 gramas, de acordo com o previsto em projeto do senador Antonio Carlos Magalhães. **Página 2**

Homenagem a Darcy Ribeiro, sonhador e profeta

“Ele nunca deixou de sonhar com um Brasil melhor e mais justo”, disse Renan Calheiros na sessão que marcou os dez anos da morte de Darcy Ribeiro. Diversos senadores homenagearam o político e intelectual, classificado por Cristovam Buarque como “profeta” do desenvolvimento civilizatório. **Página 8**

Em debate, licença-maternidade de seis meses

O projeto de Patrícia Saboya que prevê incentivos fiscais a empresas que concederem a suas funcionárias licença-maternidade de seis meses recebeu apoio de senadores, mas dividiu opiniões de empresários. **Página 7**



Inácio Arruda (E), Fátima Cleide, Augusto Botelho e Arthur Virgílio (D) ouvem a atriz Maria Paula: defesa de maior proteção à criança

Em audiência pública, representante das padarias afirma que regra vigente assegura relação mais justa com o consumidor e o Idec destaca facilidade na fiscalização

Debate: pão francês deve ser vendido por peso ou unidade?

Os participantes de audiência pública realizada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) defenderam a venda do pão francês por peso como a forma mais justa de se realizar esse tipo de negociação. Na reunião, foi discutida a possibilidade de se vender o pão também por unidade de 50 gramas, de acordo com o previsto em projeto de lei de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A audiência, realizada a pedido de Sibá Machado (PT-AC), destinou-se a instruir a votação da

proposição (PLS 294/06), que recebeu parecer favorável do relator Heráclito Fortes (PFL-PI).

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip), Antônio Carlos Henriques, considerou que na comercialização por peso há uma relação mais justa e honesta com o consumidor, “que terá a visão clara de que compra cem gramas de pão e paga por cem gramas de pão”.

– E terá clareza de que o Inmetro afere a balança – acrescentou.

Em outubro de 2006, o governo determinou que o pão francês

passasse a ser vendido apenas por peso. Até então, a venda era feita por unidade.

Na presidência, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) leu manifestação enviada pelo assessor-executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marcos Vinícius Pó, que apontou vantagens na venda por peso, como facilitar a fiscalização por parte dos próprios consumidores. O Idec registrou aumento no peso dos pães individualmente no momento da transição, mas, segundo a nota, a situação já se regularizou.



Audiência aponta vantagens na venda por peso, como a facilidade de fiscalização, e por unidade, como o conhecimento prévio do gasto

Senadores querem ampliar formas de comercialização

Durante a audiência na Comissão de Meio Ambiente sobre a venda do pão francês, Heráclito Fortes defendeu o direito de o consumidor ter opção na forma de pagar pelo produto – por peso ou unidade. O senador mostrou preocupação com o consumidor de menor poder aquisitivo, que muitas vezes se dirige aos estabe-

lecimentos com o dinheiro contado e pode não conseguir comprar a quantidade que planejou.

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que apresentará emenda sugerindo um padrão duplo de cobrança. “Uma pessoa que pedisse dez pães teria que ter um pacote pesando 500 gramas, com uma variação máxima de 5% no peso”,

explicou. Já Augusto Botelho (PT-RR) considerou que a cobrança por peso evita o possível uso de bromato de potássio, produto que “incha” o pão e é cancerígeno. O vice-presidente da Abip, Antônio Carlos Henriques, argumentou que as padarias brasileiras não usam bromato e tentam manter o peso dos pães entre 40 e 55 gramas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso examina 28 vetos presidenciais

O Congresso Nacional reúne-se a partir das 11h, no Plenário do Senado, para a apreciação de 28 dos 601 vetos do presidente da República a projetos ou trechos de projetos aprovados pelo Parlamento. A partir das 14h, é prevista sessão deliberativa do Senado, cuja pauta de votações continua trancada por oito medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão.

Bloqueio de celulares nos presídios pode ser votado

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 10h para votar projeto que determina a instalação de bloqueador de sinal de radio-comunicação



nas penitenciárias estaduais e federais pelas operadoras de serviço de celular. Na segunda parte da

reunião, às 11h, o colegiado debate o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e os presidentes da Petrosbras, José Sérgio Gabrielli, e da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza.

Combate ao trabalho escravo

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se para instalar a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que deverá ser presidida pelo senador José Nery (PSOL-PA). A subcomissão tem como objetivos fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar, durante um ano, as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e ainda propor soluções para combater o problema.

Ministro fala sobre seguro rural e febre aftosa

Para ouvir o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) tem reunião às 10h. O ministro também deverá detalhar aos senadores a previsão de execução, em 2007, dos programas de erradicação da febre aftosa e de sanidade animal.

Embaixador em Portugal

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) tem reunião às 11h para analisar a indicação do diplomata Celso Marcos Vieira de Souza para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Portugal.

Orçamento

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa requerimento de audiência pública destinada a debater a constitucionalidade das medidas provisórias sobre créditos extraordinários.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, César Borges e Mão Santa

Projeto que amplia o combate à violência seguirá logo ao exame da Câmara dos Deputados se não houver recurso para examiná-lo no Plenário do Senado

Proposta facilita a localização de desaparecidos

Crianças e adolescentes desaparecidos podem ter um cadastro nacional. Proposição nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Justiça, ao acolher substitutivo de Serys Slhessarenko a projeto de autoria de Roseana Sarney (PMDB-MA).

De acordo com o projeto (PLS 211/04), o sistema será constituído por Serviços Estaduais de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que manterão atualizados os cadastros estaduais, e por uma coordenação nacional, que ficará responsável pelo cadastro geral. Esse órgão deverá fazer a consolidação dos dados fornecidos pelas demais instituições.

Informações

Com base na proposta, os cadastros deverão conter todo tipo de informação relevante para a identificação da criança, como nome, data de nascimento, nacionalidade, residência, fotografia recente e com envelhecimento digital, local onde foi avistada pela última vez e instituições pelas quais eventualmente tenha passado.

Os órgãos responsáveis pelo cadastro deverão funcionar durante 24 horas, inclusive disponibilizando um número telefônico gratuito, para que possam receber informações que auxiliem na busca da criança desaparecida.

Segundo Serys Slhessarenko, o Sistema Nacional de Cadastro vai possibilitar a celeridade na busca das crianças e dos adolescentes desaparecidos.



Roseana Sarney quer facilitar a localização dos desaparecidos



Mercadante (D) incorporou ao substitutivo emendas de Demostenes (a seu lado) para permitir investigação por outros órgãos, além da polícia civil

Comissão aprova pena severa para membro de organização criminosa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu ontem um passo a mais no combate à violência ao aprovar, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que impõe penas mais severas ao crime organizado. A proposição dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de provas, os delitos correlatos e o procedimento criminal a ser aplicado. O relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), aceitou várias emendas com o objetivo de tornar a nova legislação mais rigorosa e eficaz.

Uma das alterações troca a expressão “crime organizado” por “organização criminosa”, que seria a associação de três ou mais pessoas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de um ou mais crimes definidos na proposta.

Entre esses delitos estão o tráfico ilícito de drogas, armas e partes do corpo; o terrorismo; a extorsão mediante seqüestro; a lavagem de dinheiro; o homicídio qualificado e crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural. Para todos esses

atos, a pena prevista será de cinco a dez anos de reclusão e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados.

No entanto, a pena poderá ser aumentada de um terço até a metade caso a organização criminosa seja constituída por mais de 20 pessoas, bem como se houver o emprego de arma de fogo ou a participação de funcionário público, criança ou adolescente na quadrilha. Para os comandantes da organização criminosa, a pena é acrescida da metade.

O projeto (PLS 150/06) permite que o interrogatório do acusado seja realizado por meio de videoconferência ou diretamente no estabelecimento penal, em sala própria, desde que garantida a segurança do juiz e de seus participantes.

Investigação

Também foram incorporadas à proposição emendas de Demostenes Torres (PFL-GO) para suprimir a palavra “criminal” da expressão “investigação criminal”. Assim, segundo o relator, a investigação poderá ser conduzida por outros órgãos, além da polícia civil, que permanece com a exclusividade de condução do inquérito policial.

– A questão está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Se mantivermos o texto como está, estaremos restringindo a investigação somente à polícia civil e, assim, incorrendo em vício de inconstitucionalidade, caso o STF decida o contrário – explicou.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), é importante o auxílio de vários órgãos como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Banco Central na condução da investigação.

– É preciso buscar a união de procedimento e entendimento, e não a dicotomia e a disputa permanentes.

Menores

Na próxima semana, a Comissão de Justiça deve examinar outra proposta de combate ao crime organizado. Trata-se do projeto (PLC 166/07) do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) que altera dois artigos do Código Penal para agravar a pena em caso de crimes praticados com a participação de menores de 18 anos. A matéria estava na pauta da reunião de ontem, mas foi retirada a pedido de Mercadante, autor de uma proposição similar em tramitação no Senado e que poderá ser votada em conjunto com o projeto da Câmara.

Interrogatório por videoconferência vai a votação em Plenário

Na mesma reunião, os senadores da Comissão de Justiça aprovaram parecer de Romeu Tuma (PFL-SP) rejeitando substitutivo da Câmara a projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que determina a realização de interrogatório judicial, por meio de videoconferência, de acusado preso.

O parecer manteve a redação da proposta (PLS 139/06) acolhida anteriormente pelo Senado, determinando que interrogatórios e audiências judi-

ciais serão realizados por videoconferência ou outro recurso tecnológico de presença virtual em tempo real.

A proposta, que segue para votação em Plenário, altera o capítulo III do Código de Processo Penal, que trata do interrogatório do acusado, e determina ainda que, não havendo condições de realização do interrogatório via videoconferência, este será realizado no estabelecimento prisional em que se encontrar o preso.

A pedido de Jereissati, a CCJ adiou para a próxima semana a votação da PEC 21/05, de sua autoria, que dá competência aos estados de legislar sobre segurança pública, inclusive a respeito de unificação das polícias Militar e Civil.

Representantes das corporações policiais reuniram-se ontem à noite com senadores no gabinete do presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Guarda de filhos pode ser compartilhada

O Brasil poderá ter uma legislação específica para permitir a guarda compartilhada de filhos em caso de separação dos pais. Ontem, os senadores da Comissão de Justiça acolheram substitutivo de Demostenes Torres a projeto do então deputado Tilden Santiago que disciplina esse novo tipo de instituto.

Pela proposição (PLC 58/06), que será votada agora pelo Plenário do Senado, a guarda de filhos, seja unilateral ou compartilhada, poderá ser fixada por consenso ou determinação judicial.

Além disso, determina a iniciativa, quando não houver acordo entre pai e mãe a respeito do domicílio do filho, o juiz deverá, sempre que possível, optar também pela guarda compartilhada, em detrimento da unilateral.



Sugestão que resultou na retirada do tema é de Marcelo Crivella

Emenda exclui serviço militar de plebiscito

Emenda de Plenário apresentada por Marcelo Crivella (PRB-RJ) que retira o fim do serviço militar obrigatório do texto de projeto de decreto legislativo convocando plebiscito sobre sete questões foi acolhida ontem pela CCJ.

O projeto (PDS 1.494/04) de Gerson Camata (PMDB-ES) inclui, além do fim do serviço militar obrigatório, legalização do aborto, financiamento público de campanha eleitoral e união civil de homossexuais, entre outras questões.



Paim: "Brasil estaria preparado para eleger um presidente negro?"

Paim lembra passagem do Dia de Luta contra a Discriminação Racial

"O Brasil estaria preparado para eleger um presidente negro?" O questionamento foi feito ontem, em Plenário, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), ao comentar a ascensão do senador negro norte-americano Barack Obama como candidato à presidência dos Estados Unidos e destacar a passagem do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado ontem.

Inácio Arruda registra evento da ONU sobre desertificação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a realização da 5ª sessão do Comitê de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (Cric), em Buenos Aires. O senador frisou a importância da discussão para o semi-árido nordestino, que, segundo advertências de ambientalistas, caminha para a desertificação em razão da degradação da terra pela ação do homem.



Risco de desertificação do semi-árido preocupa Inácio Arruda

Água não pode ser negociada, diz José Nery

José Nery (PSOL-PA) afirmou ontem, véspera do Dia Mundial da Água, que esse recurso natural deve ser encarado como "bem vital de todo o povo brasileiro", e não pode ser "objeto de transações comerciais e mercadológicas". Conforme o senador, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm condicionado a outorga de empréstimos à implementação de políticas de privatização da água em países em desenvolvimento, alegando preocupação com sua escassez e degradação.



Cercado de crianças portadoras da síndrome e seus pais, Renan (D), ao lado de Romário, com a filha Ivy, defende luta contra todo tipo de discriminação

Lançamento de campanha marca o Dia Mundial da Síndrome de Down

Presidente do Senado alerta para necessidade de atendimento especializado no sistema de saúde e ensino regular para portadores da síndrome, cujos direitos também são defendidos em audiência

"A poluição é crime", adverte Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS), ao lembrar que hoje se comemora o Dia Mundial da Água, disse que há poucos anos a Humanidade atentou para a escassez de água doce no planeta e para o seu valor, o que levou à previsão de que no futuro os conflitos serão em torno desse recurso natural. Para o senador, o homem precisa ser responsável pelo uso da água ou antecipará o fim de sua existência no planeta.

– A poluição e o assoreamento são um crime contra o meio ambiente e contra o nosso futuro – alertou.

"Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual, com todas as suas diferenças, é mais do que um desafio. É um compromisso." Com essas palavras, durante o lançamento da campanha Aprendendo com as Diferenças, que marcou na Casa o Dia Mundial da Síndrome de Down, o presidente do Senado, Renan Calheiros, conclamou os presentes a se engajarem na luta contra todo tipo de discriminação e contra a falta de informação.

O senador opinou que o Brasil tem muito a denunciar e a esclarecer. Ele alertou para a necessidade de atendimento especializado no sistema de saúde e defendeu o direito ao ensino regular, com professores capacitados a acolherem crianças e jovens portadores da síndrome de Down.

Audiência pública

Na reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discussão da importância da mídia na inclusão social de portadores da síndrome, o senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a novela Páginas da vida, da TV Globo. Em sua opinião, a novela ajudou os brasileiros a conhecerem melhor a síndrome de Down e, por isso, a respeitarem seus portadores.

– Uma novela que faça esse trabalho de sensibilização e conscientização é realmente um esforço que equivale a mil campanhas que possamos fazer.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), destacou o trabalho de Flávio Arns na luta pela inclusão social de portadores da síndrome.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou a ação desenvolvida pelo Senado para o aperfeiçoamento da legislação sobre as pessoas com deficiência, enquanto Rosalba Ciarlini (PFL-RN) ressaltou a necessidade de união de todos os setores da sociedade para assegurar esses direitos.

Participaram da audiência, entre outros, o jogador Romário, os atores Marcos Caruso e Marcos Frota, que atuaram na novela, Evaldo Mocarzel, pai de Joana Mocarzel, a Clarinha, de Páginas da vida, além de portadores da síndrome de Down e seus familiares. Caruso recomendou a todos se despirem de preconceitos. Romário questionou: "Será que os portadores de Down são diferentes ou [diferentes] somos nós, que provocamos tanta guerra e violência?"

Congresso diz "sim" à vida, declara Virgílio

O líder do PSDB na Casa, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou em discurso no Plenário que o lançamento da campanha Aprendendo com as Diferenças uniu o Senado e é mais uma contribuição no esforço contra o preconceito que ainda cerca pessoas que têm a síndrome.

– Durante essa solenidade senti-me comovido, mas não triste. Feliz, sim, porque o Congresso Nacional mostrou sensibilidade e disse "sim" à vida e "não" ao preconceito – afirmou o parlamentar.

Inclusão de pessoas com deficiência

Na abertura da exposição fotográfica Diversidade, no Salão Nobre, reunindo fotos de Renata Poldolsky, Renan Calheiros destacou que o Senado vem ampliando os mecanismos e as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência.

Ele enumerou projetos que serão colocados em prática nos próximos meses, como a tradução, na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), da programação da TV Senado e a impressão em braile do Jornal do Senado semanal, que circula às segundas.



Garibaldi adverte que 30% dos pescadores perderam prazo

Garibaldi quer revisão do prazo de licenciamento de pescador de lagosta

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou preocupação com o número de pescadores de lagosta – 30% – que perderam o prazo de licenciamento estipulado pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (Seap).

– Muitos dos que vivem dessa atividade têm dificuldades para se licenciar – disse o senador, defendendo junto à Seap "uma solução de bom senso" para o problema.

Casagrande: Petrobras expande suas atividades no Espírito Santo

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou ontem a assinatura de protocolo entre a Petrobras, a BR Distribuidora e o governo do Espírito Santo visando à expansão das atividades das estatais no estado, com a consequente inserção de empresas capixabas em toda a cadeia produtiva do petróleo. Entre os benefícios ao estado, citado pelo senador, está um porto da Petrobras em Ubu, município de Anchieta.



Segundo Casagrande, protocolo prevê um porto para o estado

Mercosul instalará Parlamento em maio

A instalação definitiva do Parlamento do Mercosul deverá ocorrer no dia 7 de maio, em Montevideu, com a eleição de seu presidente e dos vices.

A data foi definida durante encontro da Mesa da atual Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), realizado na segunda-feira, na capital do Uruguai.

Nos três dias seguintes, ocorrerão os primeiros debates entre os parlamentares.

Zambiasi apóia marcha de prefeitos

A pauta da 10ª Marcha dos Prefeitos em Brasília, prevista para 10 e 11 de abril, foi discutida ontem por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Os organizadores esperam que a marcha mobilize cerca de três mil prefeitos e vereadores, com o objetivo de reivindicar a melhor distribuição para os municípios dos recursos arrecadados pela União.

Sibá comemora decisão de juiz no PA

Sibá Machado (PT-AC) parabenizou o juiz Herculano Martins Nacif, da Justiça Federal do Pará, pela sua decisão exigindo que a empresa Incenxil desocupe área grilada da fazenda Curuá.

– Esperamos que com este gesto do juiz se faça cumprir o que é de direito: aquelas terras pertencem em grande parte à própria União, onde há muitas reservas indígenas e áreas de proteção florestal já decretadas pelo governo federal – disse.

Governo deve enviar à Câmara projeto sobre papel dos auditores fiscais, na tentativa de evitar derrubada de veto. Corte de incentivos à Sudene e Sudam também será examinado



Acordo entre Renan (C) e líderes prevê apreciação de 28 dos 601 vetos do presidente da República a matérias aprovadas pelo Legislativo

Congresso analisa veto a emenda incluída no texto da Super-Receita

Será realizada hoje, a partir das 11h, sessão do Congresso Nacional para a apreciação de 28 dos 601 vetos do presidente da República a projetos ou trechos de propostas aprovados pelo Parlamento. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após acordo com líderes partidários.

Os principais vetos em exame são os que tratam das normas de fiscalização tributária incluídas no projeto da Super-Receita e os relativos aos projetos de recriação das superintendências de desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

O veto parcial da Super-Receita é o de número 10/07, aplicado à Emenda 3 do PLC 20/06, que dispõe sobre a Administração Tri-

butária Federal. A emenda retira dos auditores fiscais da Receita o poder de determinar se a relação de uma pessoa física com uma pessoa jurídica é trabalhista ou empresarial. Com o veto, os auditores continuam a atuar de forma a impedir o que considerarem uma contratação disfarçada sem as devidas garantias trabalhistas.

O governo promete enviar à Câmara projeto sobre atuação de auditores fiscais em empresas que contratam prestadores de serviço, como forma de impedir que os congressistas derrubem o veto.

Com relação à Sudam e à Sudene, os senadores se reuniram na terça-feira com Renan, para pedir apreciação dos vetos aos projetos de reestruturação das superintendências (vetos 1 e 2/07, os PLCs

59/04 e 60/04).

– Os vetos são o assassinato das superintendências – disse o autor do substitutivo aprovado para recriar a Sudene, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Também nesse caso, o governo anunciou que o Ministério da Integração Nacional enviará ao Congresso uma alternativa, provavelmente um projeto para tratar das duas superintendências.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Lúcia Vânia (PSDB-GO) considera não haver outra solução que não seja a derrubada dos vetos. Para evitar futuros impasses, Renan pede pressa na aprovação da proposta de Marco Maciel (PFL-PE) que cria novo rito para exame de vetos (PEC 57/05).

Agripino e Mercadante defendem entendimento

Tanto o senador oposicionista José Agripino (PFL-RN) quanto o senador da base governista Aloizio Mercadante (PT-SP) defenderam ontem o entendimento com relação à Emenda 3. Na polêmica em torno da questão, o governo federal argumenta que muitas empresas contratam profissionais sob a forma de em-

presas prestadoras de serviço – ou seja, pessoas jurídicas compostas de uma só pessoa – para pagar menos tributos. Por outro lado, a oposição afirma que esse tipo de contratação é benéfica para os prestadores de serviço, que seriam, segundo Agripino, “empregadores de si mesmos”.

PFL e PSDB vinham obstruin-

do as votações no Senado, em protesto contra o veto presidencial, mas acordo feito ontem entre as lideranças partidárias permitirá a retomada das votações.

Para Agripino, a afirmação do ministro Guido Mantega de que não haverá aumento de impostos para prestadores de serviço foi uma vitória da oposição.

Maciel quer garantir titularidade do mandato ao partido

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares. Segundo explicou, a intenção é resgatar um preceito contido no Código Eleitoral de 1932 que estabelecia o voto como pertencente ao partido, e não ao candidato.

Na sua opinião, essa mudança deverá contribuir para consolidar os partidos e fortalecer o instituto da fidelidade partidária. Atualmente, Maciel disse, prevalece a relação eleitor-candidato-partido no sistema eleitoral brasileiro, hierarquia que, no seu entendimento, deveria ser modificada para eleitor-partido-candidato.

Malta propõe uma guarda nacional para proteger fronteiras

Um orçamento conjunto para manutenção de uma guarda nacional nas fronteiras será proposto por Magno Malta (PR-ES) a governadores de estados que têm fronteiras com outros países. “As Forças Armadas também têm que participar desse patrulhamento”, afirmou.

Na sua opinião, o investimento no controle das fronteiras do país, “que estão abertas”, é menor e mais útil que o gasto em uma operação policial para reprimir o tráfico de drogas e armas em centros urbanos.

Malta comentou a visita oficial que fará à Colômbia, no próximo dia 10 de abril, onde deverá conhecer estratégia de combate ao narcotráfico baseada em ações sociais em bolsões de pobreza do país.



Para Mão Santa, veto esvazia poder da superintendência

Mão Santa pede derrubada de veto presidencial à lei de recriação da Sudene

Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra vetos parciais do presidente Lula a projetos aprovados no Congresso, entre eles o que recria a Sudene. Para o senador, o veto esvazia o poder de investimento da nova Sudene, ao tirar do órgão a capacidade de conceder incentivos fiscais e elimina dispositivos que garantiriam a recuperação de recursos orçamentários de 2006 no montante de R\$ 1 bilhão.

Jucá anuncia envio de projeto do governo em substituição à Emenda 3

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que chegará hoje à Câmara projeto do governo regulando a atuação de auditores fiscais em empresas que contratam trabalhadores constituídos pessoas jurídicas. Jucá assegurou que o projeto (que deve substituir emenda vetada no projeto da Super-Receita) não trata de relação de trabalho, e que a tipificação dessa relação deve ser construída pelo Congresso.



Jucá: proposta vai apenas regular fiscalização sobre empresas



Antonio Carlos aponta resultado de auditoria do TCU no Ministério das Cidades

ACM pede que “crimes praticados no primeiro mandato de Lula” não se repitam

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um alerta ao presidente Lula para que “não permita a repetição, em seu segundo mandato, dos crimes praticados em seu governo”.

Ele citou resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou graves falhas na liberação de recursos pelo Ministério das Cidades para afirmar

que, de 2003 a 2005, 90% dos projetos aprovados não passaram sequer por uma análise técnica do ministério. Ele assinalou que, nesse período, foram liberados irregularmente R\$ 2,4 bilhões.

Antonio Carlos lembrou que o Senado aprovou recentemente créditos extraordinários no valor de R\$ 890 milhões, que foram gastos antes mesmo que

as medidas provisórias fossem devidamente analisadas. O senador observou que quem paga “o preço desse despropósito” é o Legislativo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse, em aparte, que teve acesso a um ofício assinado pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes, instruindo os presidentes do Senado e da Câmara e parlamentares no

sentido de sustar o trâmite do PLS 93/06, que visa prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

– O ministro diz que 78% dos municípios já fizeram o seu plano de desenvolvimento urbano. Não é o que a Confederação dos Municípios diz. Mas, mesmo que fosse verdade, 22% representam mais de mil municípios – assinalou.

Parlamentares requerem frente para microempresas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, expressou seu apoio à constituição da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e também à criação de uma comissão temporária na Casa para acompanhar a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Parlamentares entregaram ontem a Renan os requerimentos de constituição da frente e da criação da comissão.

Integrante da frente, que reúne mais de 30 senadores e mais de 200 deputados, Adelmir Santana (PFL-DF) explicou que muitos dos assuntos tratados na Lei das Micro e Pequenas Empresas carecem de regulamentação, como a unificação dos sistemas tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com a implantação de uma guia única de arrecadação.

Também participaram da reunião os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS) e César Borges (PFL-BA), e os deputados Carlos Melles (PFL-MG) e José Pimentel (PT-CE).

Supersimples não pode ser protelado, adverte Dornelles

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que deve entrar em vigor em julho, “não pode ser protelada sob nenhum pretexto”. Ele disse temer que a burocracia governamental e o fisco pretendam incluir o Supersimples no rol das “leis que não pegam”.

–As micro e pequenas representam 99% do total de empresas do país e geram 40,8% dos empregos formais. Essa lei responde ao imperativo de geração de emprego e de melhor distribuição de renda na economia, assim como de formalização dos pequenos negócios – destacou.

Simon defende CPI que levou ao impedimento de Collor

Tanto o senador gaúcho quanto Eduardo Suplicy consideram legítimo o retorno do ex-presidente à política, depois de cumprida a pena de suspensão dos direitos

Em mais de duas horas de pronunciamento, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou os trabalhos e as atividades da chamada CPI do PC, comissão parlamentar mista de inquérito, da qual participou, que investigou denúncias de corrupção contra o governo do agora senador Fernando Collor (PTB-AL), culminando com o impeachment – e cassação dos direitos políticos – do então presidente da República.

Simon disse que o trabalho da CPI foi legítimo e reuniu depoimentos e provas documentais suficientes para justificar o processo de impedimento contra Collor.

O ex-presidente, em diversos apartes, contestou afirmações de Simon e reiterou que o Supremo Tribunal Federal (STF) o absoluiu das acusações. Ele afirmou ainda que o Ministério Público não aceitou as provas elencadas pela CPI. Simon observou que o STF não deveria ter arquivado o processo contra Collor e disse ser prática do Supremo não condenar agentes públicos, como ministros, deputados, senadores e presidentes. Entretanto, o senador gaúcho



Simon assegura que CPI reuniu provas suficientes para justificar processo

destacou que o retorno de Collor à vida política é legítimo.

– É a vontade do povo brasileiro de Alagoas, contra a qual será antidemocrática qualquer oposição. O seu mandato de hoje é legítimo como legítimo foi o seu afastamento em 1992 – assinalou.

Pedro Simon defendeu a CPI e citou o primeiro depoimento à comissão, o do irmão do presidente, Pedro Collor, que já havia denunciado Fernando Collor em entrevista à imprensa e que reafirmou, à época, a existência de um esquema de corrupção comandado pelo tesoureiro de campanha,

Suplicy afirma que estava convicto quando votou pelo impeachment

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que estava convicto da necessidade do impeachment do então presidente e hoje senador Fernando Collor quando votou a favor da suspensão dos seus direitos políticos por oito anos.

Suplicy lembrou que foi após uma conversa de cinco horas com o irmão de Fernando Collor, Pedro Collor, em seguida à publicação de sua entrevista à revista Veja, que ele e o então deputado

José Dirceu tiveram a iniciativa de apresentar um requerimento para a criação da chamada CPI do PC, de cujos trabalhos resultou o impeachment do presidente.

O senador citou o depoimento do motorista Eriberto França, o envolvimento da secretária Ana Maria Acioly e a Operação Uruguai, montada pelo secretário Cláudio Vieira.

– Cumprida a punição de oito anos e eleito para o Senado pelo

Paulo César Farias, o PC. Este, porém, frisou o senador, negou tudo ao depor na CPI.

– O depoimento que norteou, a partir de então, os trabalhos da comissão foi o do senhor Francisco Eriberto Freitas França, no dia 1º de julho de 1992 – recordou.

Eriberto, explicou Simon, era motorista de Ana Maria Acioly Gomes de Melo, então secretária particular de Fernando Collor, e cuidava dos pagamentos e recebimentos de valores a ele confiados. O motorista depôs e, segundo o senador, desfiou “um rosário de nomes e fatos” na comissão.

Simon frisou, no entanto, que o então presidente não tentou impedir nem barrar a criação da comissão mista que acarretou o fim de seu mandato. Para o parlamentar gaúcho, a postura do agora senador Fernando Collor não foi seguida pelos presidentes que o sucederam.

– Ao contrário, o que aconteceu, a partir de então, foi uma seqüência de pressões contrárias à instalação de CPIs, o que levou as chamadas minorias a apelarem ao Supremo Tribunal Federal.



Suplicy lembra que ele e José Dirceu propuseram a criação da CPI do PC

povo de Alagoas, conversei com Fernando Collor e lhe disse que o tratarei como um legítimo representante do povo – concluiu.



César Borges afirma que metodologia foi mudada para melhorar indicadores

César Borges critica revisão do crescimento do PIB

César Borges (PFL-BA) condenou o que ele chamou de “nova metodologia”, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para rever o crescimento do produto interno bruto (PIB) desde 2002.

Segundo ele, como o atual governo não realizou investimentos necessários ao crescimento do país, está fazendo com que as taxas de crescimento, já divulgadas em anos anteriores, sejam melhores.

– O governo não investe, mas muda a metodologia para mostrar um crescimento que não existiu – criticou o parlamentar.

Expedito diz temer adiamento de obras de hidrelétricas

A possibilidade de adiamento do início das obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Girau, a serem construídas no rio Madeira, em Rondônia, preocupa Expedito Júnior (PR-RO).

O senador informou que o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, admite que o planejamento poderá ser revisto em razão de problemas com a licença ambiental, ainda não liberada pelo Ibama. Expedito acrescentou que o Fórum Independente Popular do Rio Madeira discutirá, hoje, a instalação das hidrelétricas e pediu à população rondoniense que tenha “bom senso” ao tratar a questão.



Criação da subcomissão foi aprovada em reunião presidida por Wellington Salgado

Senado terá foro permanente para debater inclusão digital

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), reunida ontem, aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, que discutirá os serviços prestados ao cidadão e à sociedade por meio das tecnologias ligadas ao setor. A matéria envolve computadores, suas redes e o software que as faz funcionar; telefonia fixa, móvel e via rede de computadores; a transmissão de sinais de rádio digital; a televisão via rede de computadores; e outras aplicações.

— Será foro de discussão para a inclusão digital, navegação pela internet e comunicação por e-mail, além do uso de serviços bancários e compras de produtos pelos cidadãos. Também poderão surgir sugestões de projetos de leis — explicou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento.

“Será feito ainda o acompa-

nhamento das iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais, na prestação de serviços ao cidadão mediante o uso da informática, o chamado e-gov; os esforços do Poder Judiciário para informatização do processo judicial; e as propostas do Poder Legislativo de tornar disponíveis à sociedade as matérias legislativas em tramitação e as discussões das comissões técnicas”, disse Azeredo na justificativa.

Outro requerimento aprovado, do presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), determina que a audiência que debaterá a implantação de energia nuclear como parte da matriz energética brasileira, acatada na Comissão de Meio Ambiente (CMA), seja realizada em conjunto com a CCT.

Os senadores aprovaram ainda o funcionamento ou a continuação da transmissão de 14 emissoras de rádio e TV.

Audiência discutirá transmissão de canais de instituições públicas

Os presidentes do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, e do Conselho Diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Christopher Torto, e o diretor-geral da TV Senado, James Gama, participaram de audiência pública para discutir as razões pelas quais as empresas prestadoras de serviço de TV a cabo deixaram de transmitir os canais de emissoras de instituições públicas. O problema se deu a partir da migração do sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema com tecnologia digital. Requerimento para o debate foi aprovado na reunião de ontem da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O senador Eduardo Azeredo, autor do pedido, explicou que em algumas localidades da região Sul e em Belo Horizonte as empresas

de TV a cabo trocaram o número do canal da TV Senado, por exemplo, e não é mais possível acessá-lo se o aparelho estiver conectado a uma TV a cabo com tecnologia de transmissão com sinal digital. Desde a mudança, para assistir às programações dos canais de instituições públicas, o usuário tem de desconectar o decodificador.

Foi aprovado também um pedido de informações à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que, no início do mês, autorizou a Telefônica a transmitir sinal de TV via satélite, mas, nesta semana, negou autorização à Telemar (ambas empresas de telefonia) para comprar a Way TV, uma televisão a cabo do estado de Minas Gerais. O presidente da CCT, senador Wellington Salgado, destacou que as empresas estrangeiras estão concorrendo de forma desleal com as brasileiras.

Programa Empresa Cidadã, que prevê incentivo fiscal à pessoa jurídica que ampliar prazo de benefício a funcionárias, foi debatido ontem em audiência conjunta da CDH, CAS e CE

Licença-maternidade de 6 meses beneficia o país, dizem senadores

O Programa Empresa Cidadã, que prevê incentivos fiscais às empresas que concederem às suas funcionárias licença-maternidade de seis meses, no lugar dos atuais quatro meses previstos em lei, recebeu apoio de diversos senadores, durante audiência realizada ontem. O debate foi promovido pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

Autora do projeto (PLS 281/05) que cria o Empresa Cidadã, Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou que as empresas que aderirem teriam direito a ressarcimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica no valor total da remuneração

das empregadas nos dois meses adicionais de licença. Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto na CDH, manifestou sua satisfação ao ver que a sociedade está sendo sensibilizada pela proposta.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou o apoio de seu partido à proposição e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que a ampliação da licença-maternidade reduz gastos com saúde.

Também destacaram os benefícios sociais da proposta as senadoras pelo PFL Kátia Abreu (TO) e Rosalba Ciarlini (RN). Pediatra, Rosalba afirmou que aleitamento e afetividade nos primeiros seis meses de vida auxiliam na formação de adultos mais sadios e

integrados à sociedade.

Para Fátima Cleide (PT-RO), mesmo sem ter sido aprovado, o PLS 281/05 já começa a dar frutos, uma vez que em Porto Velho, informou, as funcionárias públicas passaram a ter direito à licença-maternidade de seis meses.

Participaram da audiência os presidentes da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos, e da Fersol, Michael Haradon, bem como José Pastore, representando a Confederação Nacional da Indústria; Eugênio Garcia, a Confederação Nacional do Comércio; Cláudia Skaf, a Federação das Indústrias de São Paulo; e Carlos Faccini, a empresa Nestlé.



Patrícia Saboya coordena audiência com Campos (E), Faccini, Haradon, Pastore e Garcia

Lúcia Vânia salienta caráter voluntário da iniciativa

Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou, em Plenário, a realização de audiência conjunta de três comissões da Casa para debater o projeto que amplia a licença-maternidade dos atuais quatro meses para seis meses.

A senadora assinalou que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) considera os primeiros dias de vida da criança fundamentais para o seu desenvolvimento.

Lúcia Vânia salientou o caráter voluntário da medida, explicando que as empresas podem ou não aderir à ampliação da licença por 60 dias. Aquelas que o fizerem receberão incentivos fiscais.

Lúcia Vânia ressaltou ainda o lançamento da campanha “Aprendendo com as Diferenças”, que marcou o Dia Internacional da Síndrome de Down, e o transcurso do Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial.



Lúcia Vânia: os seis meses da licença são fundamentais para a vida da criança

Medida agrada especialista, mas preocupa empresários

O médico Dioclécio Campos, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, ressaltou, durante debate sobre o Programa Empresa Cidadã, que o vínculo afetivo da criança com a mãe gera famílias mais bem estruturadas. Da mesma opinião, Michael Haradon, presidente da Fersol, informou que a licença-maternidade de seis meses já é concedida às empregadas da indústria química desde 2003.

Ao manifestar apoio ao projeto que amplia a licença-maternidade, o diretor de Recursos Humanos da Nestlé, Carlos Faccini, afirmou que a proposta não pode ser considerada como custo, mas como investimento da sociedade.

Também presente ao debate, Joelson Dias, da Ordem dos Advogados do Brasil, opinou que projetos como o Empresa Cidadã fazem o caminho inverso das propostas que pretendem reforçar a legislação sobre segurança pública.

Para a atriz Maria Paula, tudo o que aumentar a proteção às crianças deve representar um

movimento fundamental para a sociedade brasileira.

Menos favoráveis à medida, os representantes dos empresários do comércio e da indústria manifestaram preocupação com uma possível ampliação da licença-maternidade. Segundo o representante da Confederação Nacional da Indústria, José Pastore, na Noruega, Suécia e Itália, a licença é maior do que no Brasil, mas nos países das Américas é igual ou menor do que a brasileira.

Pastore disse que, em sua opinião, o projeto possui duas virtudes: é voluntário e prevê um estímulo de isenção fiscal. Mas, para torná-lo viável, será preciso que o Estado esteja disposto a financiá-lo, “sem aumentar alíquota ou inventar novos impostos”.

Eugênio Garcia, da Confederação Nacional do Comércio, questionou a ampliação da licença, afirmando que uma flexibilização do prazo entre 30 e 90 dias, em negociação coletiva do sindicato, seria uma opção melhor.

Por sugestão de Cristovam Buarque, Senado realiza sessão especial para lembrar os dez anos da morte de intelectual, antropólogo e político

Renan Calheiros



Lutador pela valorização do ensino básico

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduziu a sessão especial de homenagem ao antropólogo, dizendo que ele foi o educador que verdadeiramente lutou para que o Brasil valorizasse a educação básica. De acordo com Renan, sempre que o Senado aprova algum projeto em favor da educação, Darcy Ribeiro é lembrado.

Renan observou que a poucas pessoas é concedido o privilégio de, ainda em vida, transformarem-se em mito. E afirmou que Darcy foi uma dessas figuras.

Homenagem a Darcy Ribeiro, “que sonhou com um Brasil mais justo”

O intelectual e político Darcy Ribeiro recebeu ontem homenagem do Senado Federal, que realizou sessão especial para marcar a passagem dos dez anos de sua morte. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, com a presença em Plenário de parlamentares, amigos e admiradores do homenageado.

À Mesa, estavam os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que se encontra no exercício da presidência da instituição, Sepúlveda Pertence e Carlos Ayres de Britto. Ao lado, ainda o reitor Timothy Mulholland, da Universidade de Brasília (UnB) – instituição idealizada por Darcy, que foi também seu



Darcy Ribeiro exerceu o mandato de senador até sua morte, em fevereiro de 1997

primeiro reitor –, e o vice-presidente do Senado, Tião Viana.

Renan disse que o homenageado “foi o sonhador que nunca deixou de sonhar com um mundo melhor e mais justo e com um Brasil também melhor e mais justo”.

Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos propositores da homenagem, Darcy foi um “profeta”, qualidade que

adquiriu em razão de sempre ter compreendido a educação como o “vetor correto” do desenvolvimento.

Como senador, ele foi o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB – Lei 9.394, de 1996. Foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil de João Goulart, vice-governador do Rio de Janeiro e senador de 1992 até sua morte, em 17 de fevereiro de 1997.

Membro da Academia Brasileira de Letras, Darcy Ribeiro é autor de extensa obra, envolvendo estudos de etnologia e antropologia, livros sobre educação, ensaios e romances. Fazem parte dessa produção obras referenciais sobre o país, como O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil, de 1995.

Cristovam Buarque



“O progresso vem dos bancos da escola”

Para Cristovam Buarque, Darcy Ribeiro foi um “profeta” do desenvolvimento civilizatório. O senador justificou o atributo ao destacar as ações do homenageado no campo da educação, já compreendida por Darcy como o “vetor correto” do desenvolvimento.

– Hoje, creio que todos estamos chegando à idéia, ao acordo, de que o progresso não vem da ordem, mas da educação. O progresso não vem do chão de fábrica, mas dos bancos de escola – assinalou.

Adelmir Santana



Necessidade de reinventar o país pela educação

Adelmir Santana (PFL-DF) afirmou que, se vivo fosse, Darcy Ribeiro estaria ensinando ao país como reagir ao quadro de violência e demonstrar indignação e até organizando movimento com o objetivo de engajar a sociedade. O senador lamentou o envolvimento da juventude com a criminalidade e a apatia popular.

– Enquanto não fizermos uma reinvenção do país, por intermédio da educação, continuaremos a relatar casos que provocam indignação.

Arthur Virgílio



Um gênio da raça, unanimidade inteligente

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), Darcy Ribeiro era um verdadeiro gênio da raça brasileira e deixou uma lacuna impreenchível na história.

– Darcy era fonte, possibilitava que pessoas, como tantos de nós, pudessem ir a ele para beber suas idéias, rejeitá-las ou aceitá-las totalmente ou em parte. Temos que celebrar Darcy. Era um intelectual com todas as letras maiúsculas do termo, um brasileiro que pensou sempre o melhor para o país, uma unanimidade inteligente – disse.

Ideli Salvatti



Medidas para “abrir” a universidade

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a melhor maneira de homenagear Darcy Ribeiro será garantir a implantação do projeto de uma “universidade aberta”, com base no ensino a distância, com alcance em todo o país.

A senadora lembrou que essa foi uma das “brilhantes” idéias formuladas pelo antropólogo. Falando como líder do Bloco da Maioria, Ideli destacou que o governo federal já vem adotando medidas para assegurar a criação da universidade aberta.

Francisco Dornelles

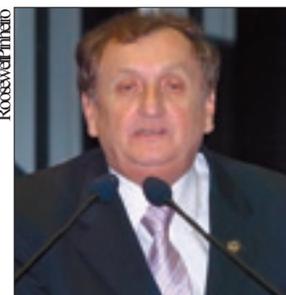


Competência e devoção às causas que abraçava

Francisco Dornelles (PP-RJ), que hoje ocupa o gabinete que pertenceu a Darcy Ribeiro, destacou a inteligência, a competência e a genialidade do ex-senador e a devoção às causas que abraçava.

Dornelles citou uma série de iniciativas inspiradas por Darcy, como o Museu do Índio, criado em 1953 no Rio; a Universidade de Brasília (UnB); os Cieps, escolas em tempo integral; a Universidade Estadual do Norte Fluminense; a Biblioteca do estado, o Sambódromo e a LDB.

Mão Santa



Culpa do atraso cabe à elite retrógrada

Diversas declarações atribuídas a Darcy Ribeiro foram lembradas por Mão Santa (PMDB-PI). Em uma dessas citações, o antropólogo afirmava que “não há como negar que a culpa do atraso cabe a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada, que só atua em seu próprio benefício”.

Em outra frase, teria dito que “os professores fingem que ensinam, enquanto os alunos fazem de conta que aprendem”.

Renato Casagrande



Uma vida pública de muitos cargos no Executivo

Renato Casagrande (PSB-ES) elogiou o senador Cristovam Buarque. – Nada mais legítimo que uma homenagem a Darcy Ribeiro patrocinada por Cristovam Buarque – declarou Casagrande, ao ressaltar a atuação de Cristovam na área da educação.

O senador capixaba destacou a vida pública de Darcy, lembrando que ele exerceu vários cargos no Executivo e foi relator da proposta que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e um dos responsáveis pela criação da UnB.